

INSTRUÇÃO NORMATIVA CAGE Nº 8, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre os procedimentos contábeis para o reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões, dos passivos contingentes e dos ativos contingentes.

O SUBSECRETÁRIO DA FAZENDA E CONTADOR E AUDITOR-GERAL DO ESTADO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da [Lei Complementar nº 13.451, de 26 de abril de 2010](#), e

considerando o disposto no inciso XXVII do art. 2º da [Lei Complementar nº 13.451, de 26 de abril de 2010](#), que inclui, entre as funções institucionais da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - CAGE -, a normatização e padronização, e ou revisão dos procedimentos relativos à contabilidade;

considerando o disposto no art. 7º do [Decreto Estadual nº 51.153, de 24 de janeiro de 2014](#), que atribui à CAGE competência para avaliar o resultado, quanto à eficácia e à eficiência, das ações previstas e adotadas no gerenciamento dos passivos contingentes, bem como, no que se refere à Administração Pública Direta, proceder ao registro contábil das respectivas provisões e à evidenciação dos referidos passivos;

considerando o disposto na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) 03, do Conselho Federal de Contabilidade - CFC -, que dispõe sobre provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;

considerando os Procedimentos Contábeis Patrimoniais estabelecidos na Parte II do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP -, aprovado pela Portaria nº 840, de 21 de dezembro de 2016, da Secretária do Tesouro Nacional, em especial os contidos no tópico 10. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;

considerando que, a partir de 1º de janeiro de 2019, deverão ser adotados os procedimentos contidos no mencionado tópico 10 do MCASP, conforme estabelecido no Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, aprovado por meio da Portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015, do Secretário do Tesouro Nacional; e

considerando o disposto no art. 1º do [Decreto Estadual nº 48.344, de 6 de setembro de 2011](#), que determina aos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta da Administração Pública do Estado a adoção dos critérios e procedimentos contábeis previstos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, emitidas pelo CFC, e no MCASP, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional;

EXPEDE a seguinte Instrução Normativa:

Art. 1º -Esta Instrução Normativa disciplina os procedimentos contábeis a serem adotados no âmbito do Setor Governamental do Estado, a partir do exercício de 2018, relativos ao reconhecimento, à mensuração e à evidenciação das provisões, dos passivos contingentes e dos ativos contingentes.

Art. 2º -O reconhecimento contábil e a evidenciação dos direitos e obrigações, de natureza contingente, dependerão do grau de incerteza quanto à sua realização ou exigibilidade, bem como da possibilidade de mensurar o respectivo valor com suficiente confiabilidade.

Art. 3º -A entidade deve avaliar e classificar, individualmente, os seus eventuais direitos e obrigações de natureza contingente, quanto à possibilidade efetiva de ingresso ou saída de recursos para a sua extinção, em uma das seguintes categorias:

I -provável;

II -possível; ou

III -remota.

Art. 4º -A obrigação ou o conjunto de obrigações decorrentes de um mesmo evento passado que provavelmente demandar recursos da entidade para que seja extinto e cujo valor puder ser estimado de modo confiável deverá ser reconhecida(o) e evidenciada(o) no passivo como uma provisão, bem como ter as seguintes informações divulgadas em notas explicativas às demonstrações contábeis:

I -breve descrição da sua natureza e do prazo esperado para qualquer saída de recursos;

II -indicativo das incertezas relacionadas ao valor ou prazo dessas saídas;

III -valor contábil no início e no final do período;

IV -valores acrescidos, utilizados, e revertidos durante o período; e

V -valores de algum reembolso previsto, apresentando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido na forma do reembolso.

Parágrafo único -A obrigação ou o conjunto de obrigações decorrentes de um mesmo evento passado que provavelmente demandar recursos da entidade para a sua extinção e cujo valor não puder ser estimado de modo confiável deverá ser registrada(o) e evidenciada(o) conforme o disposto no art. 5º. (Redação dada pela [Instrução normativa cage nº 2, de 2 de março de 2018](#))

Art. 5º -A obrigação ou o conjunto de obrigações decorrentes de um mesmo evento passado que possivelmente demandar recursos da entidade para a sua extinção, cujo valor puder ou não ser estimado de modo confiável, deverá ser registrada(o) e evidenciada(o) como passivo contingente tão somente em contas de controle, bem como ter as seguintes informações divulgadas em notas explicativas às demonstrações contábeis:

I -breve descrição da sua natureza;

II -estimativa de seus efeitos financeiros e de prazo, quando aplicável;

III -indicação das incertezas em relação ao valor ou à periodicidade de saída, quando aplicável; e

IV -possibilidade de algum reembolso.

Art. 6º -A obrigação ou o conjunto de obrigações decorrentes de um mesmo evento passado que remotamente demandar recursos da entidade para que seja extinto não deverá ser reconhecida(o) nem evidenciada(o).

Art. 7º -O direito ou o conjunto de direitos decorrentes de um mesmo evento passado cuja extinção implicar em provável ingresso de recursos para a entidade e cujo valor puder ser estimado de modo confiável deverá ser registrado e evidenciado como ativo contingente tão somente em contas de controle, bem como ter as seguintes informações divulgadas em notas explicativas às demonstrações contábeis:

I -breve descrição da sua natureza; e

II -estimativa de seus efeitos financeiros, quando aplicável.

Art. 8º -O direito ou o conjunto de direitos decorrentes de um mesmo evento passado cuja extinção não implicar em provável ingresso de recursos para a entidade não deverá ser reconhecido nem evidenciado.

Art. 9º -Os valores reconhecidos e evidenciados no passivo, bem como nas contas de controle devem corresponder à melhor estimativa de desembolso ou de ingresso de recursos, conforme o caso, devendo ser reavaliados e registrados, pelo menos, na data das demonstrações contábeis.

Art. 10 -A CAGE informará os lançamentos contábeis para o registro das operações mencionadas nesta Instrução Normativa por meio do Manual de Procedimentos Contábeis - CAGE, disponível no endereço eletrônico <http://www.sefaz.rs.gov.br/Cage/Servicos.aspx>.

Art. 11 -Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

DOE de 29/12/2017

Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin,

Subsecretário da Fazenda e Contador e Auditor-Geral do Estado.